

## **O DISCURSO SOBRE O USO DO CINEMA PARA EDUCAR CRIANÇAS: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA NA REVISTA CINEARTE (1926-1942)**

### **THE DISCOURSE ABOUT THE USE OF CINEMA TO EDUCATE CHILDREN: AN ARCHAEOLOGICAL ANALYSIS IN CINEARTE MAGAZINE (1926-1942)**

### **EL DISCURSO SOBRE EL USO DEL CINE PARA EDUCAR A LOS NIÑOS: UN ANÁLISIS ARQUEOLÓGICO EN LA REVISTA CINEARTE (1926-1942)**

William Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Evelyn Fernandes Azevedo Faheina<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto comunica os resultados de uma pesquisa que investigou o discurso sobre o uso do cinema na educação de crianças a partir de incursões investigativas na revista Cinearte (1926-1942). A análise das 561 edições da revista, que se encontram disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional e que foram analisadas com base na abordagem arqueológica do discurso, indicou, de modo geral, a necessidade de selecionar filmes adequados às especificidades do público infantil.

**Palavras-chave:** Discurso. Cinema. Educação de crianças.

**Abstract:** This text communicates the results of a research that investigated the discourse related the use of cinema in children's education based on investigative incursions in Cinearte magazine (1926-1942). The analysis of the 561 editions of the magazine, which are available in the digital collection of the National Library and which were analyzed based on the archaeological approach to discourse, indicated, in general, the need to select films appropriate to the specificities of the children's audience.

**Keywords:** Discourse. Cinema. Children's education.

**Resumen:** Este texto comunica los resultados de una investigación que investigó el discurso sobre el uso del cine en la educación de los niños a partir de incursiones investigativas en la revista Cinearte (1926-1942). La Análisis de las 561 ediciones de la revista Cinearte, que se encuentran disponibles en la colección digital de la Biblioteca Nacional y que fueron analizados a partir del enfoque arqueológico del discurso, indicó, en general, la necesidad de seleccionar películas adecuadas a las especificidades del público infantil.

**Palabras-clave:** Discurso. Cine. Educación de los niños.

Submetido 03/03/2023

Aceito 10/07/2023

Publicado 25/08/2023

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba. ORCID 0000-0002-0483-4534. E-mail: wylliamsilva@gmail.com.

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba. ORCID 0000-0001-8233-2102. E-mail: evelynfaheina@gmail.com.

## Introdução

No decorrer das primeiras décadas do século XX, as discussões em torno do desenvolvimento da educação no Brasil ganharam visibilidade em todo o país. Conseqüentemente, a educação e a cultura assumiram a condição de estratégias essenciais para a transformação da nação, especialmente no tocante à formação de seu povo (CATELLI, 2010).

Apoiados em tais estratégias, um grupo constituído por educadores, intelectuais, artistas, produtores e cineastas, defenderam a “[...] ideia de que a educação era o meio mais eficaz para fazer o Brasil se mover para frente, de alcançar o progresso e de eliminar o atraso” (CATELLI, 2010, p. 609). Para educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, a educação brasileira dos anos 1930 deveria combater o analfabetismo no país, tendo como norte a necessidade de educar os cidadãos para participação da vida em sociedade (CATELLI, 2007). Além disso, entendiam que a utilização de certos recursos como auxiliares do trabalho pedagógico escolar poderiam encurtar as distâncias geográficas que dividiam a população brasileira e dificultavam o conhecimento sobre o território nacional. Os meios de comunicação de massa constituíam, nesse sentido, os “[...] maiores aliados nesta batalha em favor da educação, [a exemplo do rádio, do cinema e da imprensa]” (CATELLI, 2010, p. 608).

Segundo Walter, o uso do cinema “[...] [poderia levar] para as crianças as imagens mais próximas da realidade, cabendo ao professor ordenar e elucidar os acontecimentos exibidos na tela” (2015, p. 187). O filme, concebido como uma ferramenta capaz de auxiliar o professor, poderia, portanto, assumir a função de facilitador do conteúdo ou do assunto problematizado pelo professor em contextos escolares.

Alinhado ao debate em questão, a revista Cinearte, publicizada no país de 1926 a 1942, com sede editorial no Rio de Janeiro-RJ, teve Adhemar Gonzaga (1901-1978) e Mário Behring (1876-1933) como seus fundadores. No período em que estava em circulação, dedicou-se, especificamente, aos assuntos cinematográficos, publicando em suas páginas críticas aos filmes em exibição, relatos de experiências com o cinema e depoimentos de educadores a respeito do uso educativo do cinema no país (CATELLI, 2013). Com isso, contou com cerca de 561 edições, 6 álbuns e 4 edições especiais, sendo sua primeira edição publicada no dia 3 de março de 1926 (LUCAS, 2005).

Em relação aos seus interesses particulares, a Cinearte disseminou reflexões de educadores, intelectuais e artistas que, à época, alinharam-se aos ideais da Escola Nova<sup>3</sup>, que buscavam a modernização da sociedade brasileira através da educação. Para a concretização desse ideal, apoiaram o uso do disco, do rádio, do cinema, da ciência e dos meios de comunicação em geral, porquanto defendiam a “[...] comunhão de ideias entre o projeto de cinema nacional e o dos educadores em torno da criação de um Brasil moderno” (CATELLI, 2010, p. 621).

Em comparação com outros periódicos publicados no mesmo período, a Cinearte se destacou pelo fato de defender o cinema como recurso auxiliar da educação, sobretudo voltado ao ensino de crianças. Esta foi uma das razões pelas quais decidimos estudar o discurso sobre o uso do cinema para educar crianças a partir de investigações centradas na revista Cinearte.

Ao realizar a leitura sistemática da revista, identificamos que ela esteve implicada na mobilização e no aparecimento de mudanças significativas em torno do uso pedagógico do cinema no Brasil. Ao registrar em suas páginas notícias e relatos concernentes à relação entre o cinema e a educação escolar de crianças, notamos que nela aparecia uma rede de enunciados que corroboravam a constituição de uma ordem discursiva sobre o uso do cinema para educar crianças.

Sendo assim, ao analisar e descrever tal discurso, nosso objetivo consistiu em descrever duas formações discursivas: (1) uma que evidenciava o cinema como recurso facilitador do ensino e da aprendizagem de crianças, porquanto estava posto na revista que, através dos filmes, poderíamos “instruir divertindo, e suscitar nas crianças um interesse extraordinário, [...] para os problemas da cultura e da ciência” (BARRETO FILHO, 1932a, p. 29); (2) outra que condicionava a necessidade de adequação dos programas cinematográficos ao público infantil.

A descrição das duas formações discursivas só foi possível em razão da estratégia teórico-metodológica adotada na pesquisa, a saber: a Análise Arqueológica do Discurso (AAD), de inspiração foucaultiana. Assim, comprometendo-nos com a análise do nosso discurso-objeto, esse artigo comunica os resultados de uma pesquisa que esteve comprometida com a descrição de duas formações discursivas: (1) uma relacionada ao uso do cinema como material e auxiliar

---

<sup>3</sup> O escolanovismo, movimento que circulou nas primeiras décadas do século XX, foi uma corrente de pensamento advinda da Europa e dos Estados Unidos que propunha o rompimento da organização tradicional da educação e defendia a renovação das práticas de ensino por meio de técnicas e recursos modernos de ensino (DARIUS; DARIUS, 2018).

do ensino escolar de crianças e (2) a segunda à necessidade de adequação do cinema ao público infantil.

### **Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa**

Como mencionado anteriormente, a pesquisa encontrou apoio teórico-metodológico na Análise Arqueológica do Discurso (AAD), cuja proposta investigativa não esteve centrada na busca por significados, pois não “[...] se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um ‘outro discurso’ mais oculto. Recusa-se a ser ‘alegórica’” (FOUCAULT, 2009, p. 157). Nessa perspectiva, quando optamos em estudar o discurso sobre o uso do cinema para educar crianças, não o fizemos com o objetivo de interpretar, encontrar um sentido, ou situá-lo em um contexto determinado, pois a “[...] arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2009, p. 149).

Ao operarmos nessa linha metodológica, buscamos apoio em algumas categorias próprias da abordagem arqueológica do discurso, a saber:

\* Enunciado: “[...] [que] não é uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. [Portanto], não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação” (FOUCAULT, 2009, p. 123), pois o enunciado deve ser entendido a partir do índice de recorrência com o qual ele aparece em determinada ordem discursiva, podendo aparecer apenas uma vez sem deixar de desempenhar sua função em meio a outros enunciados numa determinada formação discursiva.

\* Discurso, cuja condição de existência é determinada pelo próprio enunciado, de modo que não sejam os fatos históricos, econômicos, sociais e políticos suas condições determinantes, mas os enunciados. Assim, “[...] chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2009, p. 132).

\* Por formação discursiva, Foucault (2009) entende que “[...] se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fatos, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Vale ainda destacar que a formação discursiva não deve ser entendida por blocos unitários de enunciados ligados por um mesmo tema, pois sendo um sistema, determina

sua regularidade própria de processos temporais que provocam mudanças nas regras de funcionamento dos acontecimentos discursivos.

\* Análise enunciativa que é definida como “uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito” (FOUCAULT, 2009, p. 124). Assim, busca identificar de que modo existem as coisas ditas, o que é para estas o fato de se manifestarem, os rastros deixados por elas e ainda às oferecem a uma possível reativação eventual ou transformações possíveis.

Ao nos orientarmos por tais categorias, nossa investigação foi desenvolvida a partir de três momentos principais, a saber: mapeamento das edições da Cinearte, identificação dos enunciados e descrição das formações discursivas atreladas ao discurso sobre o uso do cinema para educar crianças.

A primeira fase da investigação consistiu no mapeamento de toda a revista Cinearte, disponível no acervo Digital da Biblioteca Nacional<sup>4</sup>. A revista conta com cerca de 561 edições, publicadas de 1926 a 1942, e cada uma delas com até 55 páginas. Desse modo, no decorrer da leitura, percebemos que a relação do cinema com a educação se apresentava de forma diversa, estando atrelada à educação de crianças ou à sociedade brasileira de modo geral. Contudo, definimos como horizonte investigativo analisar a relação entre o cinema e a educação de crianças. Cabe esclarecer, também, que mantivemos, no presente texto, a grafia original dos fragmentos extraídos da revista com o objetivo de facilitar o trabalho de outros pesquisadores interessados no acesso às fontes.

Tendo em vista percorrer a rede enunciativa presente na revista Cinearte, definimos um conjunto de descritores que nos auxiliaram na busca por fragmentos e que, por conseguinte, conduziram-nos ao mapeamento geral da revista. Dos descritores e do total de ocorrências identificados, encontramos os seguintes resultados:

---

<sup>4</sup> Para conhecer o acervo e acessar: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Quadro 1 – Descritores e total de ocorrências

| DESCRITOR UTILIZADO        | QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS |
|----------------------------|---------------------------|
| cinema e ensino            | 29 ocorrências            |
| cinema escolar             | 37 ocorrências            |
| cinema e educação infantil | 12 ocorrências            |
| cinema educativo           | 52 ocorrências            |
| cinema e infância          | 24 ocorrências            |
| educação de crianças       | 9 ocorrências             |
| <b>TOTAL</b>               | <b>163 ocorrências</b>    |

Fonte: Os autores.

O total de ocorrências relacionadas ao objeto investigado foram 163, que passaram a constituir as fontes sobre as quais buscamos descrever as duas formações discursivas: uma que evidenciava o uso do cinema como material e auxiliar do ensino escolar de crianças e outra que enfatizava a necessidade de adequação do cinema ao público infantil.

Durante o mapeamento, selecionamos alguns fragmentos e os organizamos em um quadro para que pudéssemos visualizar as informações acerca da relação entre o cinema e a educação de crianças sempre que considerássemos necessário.

O acesso à revista foi realizado através do Portal Digital da Biblioteca Nacional. Assim, ao mapear as edições da Cinearte, percorremos todos os períodos de publicação, isto é, de 1926 a 1942, cujo acesso esteve delimitado por décadas<sup>5</sup>. Nosso foco permaneceu nos seis descritores interligados à temática da pesquisa. Com isso, ao inserirmos o período e o termo desejado, o acervo indicava a quantidade de edições junto à quantidade de ocorrências relacionadas ao período delimitado. A pesquisa teve início em agosto de 2021 e conclusão em setembro de 2022, incluindo as etapas de mapeamento e análise das fontes.

<sup>5</sup> Por exemplo: 1920-1929/1930-1939 e 1940-1949.

No processo de escavação das fontes, tivemos o cuidado para não interpretar as informações de forma subjetiva, tendo em vista percorrer a regularidade dos enunciados e destacar as séries enunciativas correlacionadas ao discurso investigado. Após a identificação das séries de enunciados, iniciamos a análise e a descrição das formações discursivas. Foi nesse momento que conferimos visibilidade aos enunciados constitutivos do discurso sobre o uso do cinema para educar crianças.

Na medida em que percorremos a regularidade dos enunciados, compreendemos como o cinema foi posicionado em cada formação discursiva: como auxiliar da lição do professor e como recurso que necessitava ser adequado ao público infantil.

### **O cinema como recurso auxiliar das lições escolares de crianças**

Em face dos enunciados identificados na revista *Cinearte*, notamos que o cinema assumiu a posição de recurso auxiliar das lições escolares de crianças. Assim, a exposição do professor acompanhava a projeção cinematográfica, “[...] a fim de que as aulas theoricas recebessem os subsidios preciosos da illustração por meio de imagens animadas” (CINEMA..., 1929, p. 43).

Ao ser posto dessa forma, a *Cinearte* reconhecia o filme como um recurso eficiente de educação que colaborava na simplificação dos assuntos estudados pelos alunos por meio da combinação entre projeção e explicação, onde “pagina por pagina [...] seria seguida pela visão de alguns metros de film correspondendo ao texto ensinado” (CHRONICA, 1927, p. 7).

Enunciados presentes na *Cinearte* também apontaram duas formas distintas e possíveis de o professor expor o conteúdo com o auxílio de filmes: através de “[...] uma pequena palestra, e se projecta o film em seguida, ou então, faz a sua prelecção habitual, que é illustrada por dispositivos, previamente escolhidos” (CINEMA..., 1932, p. 36). Com isso, o professor poderia escolher entre explicar o assunto na aula aos alunos, antes ou durante sua exposição.

Tal enunciado se orientou pela regra discursiva de que os filmes não substituiriam quaisquer que fossem os recursos utilizados na prática escolar, pois poderiam manter os “[...] esclarecimentos oraes dos professores, os livros do texto, as cartas geográficas, tudo enfim quanto constitue o acervo de meios a que recorre o professor” (CONTINUANDO..., 1930, p. 7). Por outro lado, o fato de se recorrer ao cinema também estava interligado à ideia de que ele prestava melhores favores ao ensino, principalmente quando comparado a outros recursos utilizados em sala de aula. Além disso, o professor assumia, do ponto de vista discursivo, uma

posição importante na medida em que ocupava a posição de sujeito mediador do conhecimento escolar.

### **O cinema, um recurso eficiente na educação de crianças**

O cinema como recurso escolar não apareceu nas páginas da Cinearte apenas para economizar o tempo e o esforço do professor durante as aulas. Seu uso pedagógico estava, antes, direcionado à “[...] criança cuja intelligencia se procura[va] assim desenvolver com a ajuda de todos os meios possiveis ao nosso alcance” (BARRETO FILHO, 1932b, p. 28). Partindo desse enunciado, observamos que a eficiência, quanto ao uso do cinema na educação de crianças, articulou-se às seguintes séries enunciativas: (1) recurso que atraía a atenção dos alunos; (2) auxiliar do trabalho mental dos alunos; e (3) recurso que apresentava fenômenos e fatos distantes da realidade.

Com relação à primeira série, a eficiência do cinema se destacou em razão de seu potencial na condição de “gravura animada”<sup>6</sup> no ensino de crianças, pois naturalmente atraía sua atenção, diferentemente das lições orais e escritas. Desse modo, reconhecia-se que “[...] seria sempre melhor e preferivel despertar a sua atenção expontanea” (BARRETO FILHO, 1932c, p. 10). Nesse sentido, o exercício da atenção espontânea, trazia muitas vantagens, uma vez que a ação voluntária estava associada à obrigação e à necessidade da criança estar atenta. Ainda nessa série, identificamos que o cinema se posicionou como uma ação direta, capaz de direcionar o olhar de quem estivesse diante da tela “[...] e caso o espectador [fosse] ainda uma criança, [...] um sêr cuja sensibilidade é ainda mais impressionavel, a influencia da tela sobrepassaria tudo” (BARRETO FILHO, 1932d, p. 66).

Na segunda série enunciativa, o cinema se destacou como um recurso capaz de auxiliar o trabalho mental das crianças. Os enunciados identificados na Cinearte corroboraram a ideia de que nenhum método de ensino, por melhor que fosse, facilitaria o ensino de crianças, porquanto a introdução a qualquer método de ensino deveria pressupor a “[...] intenção de suscitar, na creança o desejo de ser melhor educada, de apresentar perguntas, de fazer ella propria as suas pesquisas” (BARRETO FILHO, 1932e, p. 32).

---

<sup>6</sup> Uma das muitas nomenclaturas para indicar o caráter ilustrativo do cinema, como uma imagem portadora de movimento.



Em relação à primeira função, os enunciados indicaram o cinema como recurso estimulador no exercício de “[...] suas faculdades intelectuais, nelas despertando o desejo e o interesse de maiores esclarecimentos, induzindo-os a fazerem perguntas [e] pesquisas por iniciativa própria” (CONTINUANDO..., 1930, p. 7). Nesse caso, contribuía para despertar nas crianças a capacidade de refletir sobre a lição ensinada, manifestando o interesse pelo assunto tratado não apenas nas aulas, mas, também, no que lhes fossem exterior a ela, através de iniciativas e curiosidades. Na segunda função, observamos o registro quanto à capacidade das crianças em se apropriarem dos saberes exibidos nos filmes, podendo ser estes incorporados a sua própria experiência.

Quanto à terceira série enunciativa, o cinema se destacou como um recurso capaz de exibir às crianças fenômenos e fatos que, naturalmente, seriam difíceis à sua observação. A partir do enunciado de que existiam “phenomenos e factos caracterizados pelo movimento e que seria impossivel, muito difficil ou muito dispendioso reproduzir, para que fossem observados [...] pelos discipulos” (AS PROJECCÕES..., 1932, p. 39), notamos que o cinema poderia tornar visíveis fenômenos naturais ou aproximar lugares e fatos difíceis de serem acessados pelas crianças.

No primeiro caso, o cinema apresentaria fenômenos que naturalmente necessitavam de tempo para serem vistos, os quais, por vezes, eram abstratos e difíceis de serem compreendidos apenas por meio da descrição feita pelo professor. Dessa forma, por meio do cinema e em pouco tempo, tornaria compreensível “[...] á vista que se encerra dentro de uma flor de côr verde, mostra o crescimento lento de uma planta, desde a germinação da semente até o desabrochar da flor” (BARRETO FILHO, 1932a, p. 29).

No segundo caso, o cinema reduziria as distâncias, trazendo à vista das crianças lugares e regiões do planeta, sendo capaz de auxiliar no ensino escolar todas as vezes “[...] que a criança [...] [fosse posta] em contacto com a realidade mesma, toda vez que a natureza não [...] [pudesse] estar diante della” (THESE..., 1934, p. 5). Portanto, com o uso do cinema, as crianças apreciariam elementos que normalmente demandariam a viagem de toda a turma a um determinado lugar, como para as “[...] montanhas, atravessar desfiladeiros e apreciar a acção de desgaste das aguas sobre as rochas, o trabalho dos rios, das geleiras e das torrentes” (CINEMA..., 1930, p. 18).

### Adequar o cinema para atender às necessidades das crianças

Além dos enunciados que apontaram o uso do cinema na educação de crianças, identificamos outros que indicaram o cinema como um instrumento de diversão que precisava ser adequado quando exibido ao público infantil. Assim, os espetáculos cinematográficos que não eram condizentes à mentalidade das crianças deveriam ser organizados e fiscalizados a fim de que pudessem se adequar e aproveitar, ao máximo, seu potencial formativo. Identificamos na Cinearte o seguinte enunciado: “[...] sobre a propriedade dos films [...] a serem exibidos nos cinemas [...], a fim de não serem os mesmos recommendados ou evitados pelas creanças das escolas” (O CINEMA..., 1927, p. 6). Nessa perspectiva, as famílias, as escolas e a sociedade civil organizada deveriam se esforçar no sentido de fortalecer a moralidade das crianças, evitando-se que se deparassem com cartazes, livros, jornais e filmes contendo cenas imorais. Por essa razão, a Cinearte buscou combater à época o “[...] acréscimo de scenas escandalosas que visa[sse]m mercantilmente salvar do fracasso as fitas desprovidas de gosto artistico” (CHRONICA, 1931, p. 3).

Assim, quando organizado de forma inadequada, o cinema adquiria um potencial nocivo às crianças, trazendo-lhes à mente noções e ideias indecentes que prejudicavam seu desenvolvimento intelectual. Através do “[...] cinema esse desenvolvimento [...] [aconteceria] mais rapido ainda, mas [por outro lado] em condições extremamente prejudiciaes para o futuro das gerações que chega[va]m” (A QUESTÃO..., 1927, p. 7).

Ao tratar da inadequação de crianças nos espetáculos cinematográficos, notamos duas razões registradas na Cinearte: (1) pela impropriedade dos pais em levar seus filhos ao cinema e (2) pelo desinteresse comercial dos proprietários de cinema. No primeiro caso, entendia-se que “[...] os reponsaveis pela educação dessas creanças [...] para não perderem a oportunidade de satisfazer a curiosidade [...] [preferiam] levar creanças, cuja candura natural ia-se perdendo por esses processos de corrupção pelos olhos” (CHRONICA, 1927, p. 3). Sendo assim, noticiou-se na Cinearte que muitos pais deveriam optar em levar seus filhos aos espetáculos cinematográficos como uma forma de passatempo, sem compreender a influência que certos filmes exerceriam sobre as crianças. No segundo caso, a Cinearte registrou que muitos dos “[...] programmas de films verdadeiramente adequados ás creanças não *interessavam ou era posto como preocupação dos empresários de cinema*” (O CINEMA..., 1927a, grifo nosso, p. 23). Entretanto, na ausência de espetáculos cinematográficos apropriados para as crianças, quando

os proprietários de cinema decidiam atender e exhibir tais filmes, organizavam-se com o nome de “[...] *espectaculo infantil* [...] peças habituaes do seu indecente repertorio” (O ACTO..., 1928, grifo do autor, p. 3).

Assim, mesmo com a existência de espetáculos cinematográficos voltados exclusivamente para as crianças, não havia garantia de que os filmes exibidos colaborassem com sua educação moral, social ou escolar. A Cinearte registrou também a falta de preocupação ou desinteresse com a presença de crianças em espetáculos inapropriados para elas. Nesse caso, a falta de organização do próprio cinema o fez ocupar uma posição de destaque nessa formação discursiva, a saber: a de recurso imoral, quando direcionado às crianças sem um olhar fiscalizador.

### **Cinema, um recurso imoral?**

A Cinearte registrou que o aproveitamento do cinema deveria estar voltado à “[...] organização honesta dos programmas infantis [...] correspondendo a confiança dos paes, [constituindo] espectaculos que divert[iss]em e a um tempo instru[íss]em” (NÃO É..., 1928, p. 7). Ademais, que a organização dos filmes voltados exclusivamente ao público infantil, além de servir como uma forma de adequação que colaborasse com a retirada ou a implementação de filmes compatíveis às crianças, também pudesse contribuir para incutir nelas noções úteis à sua aprendizagem moral. Posto dessa forma, notamos que o uso do cinema, moralmente adequado às crianças, esteve atrelado às seguintes séries enunciativas: (1) organização dos espetáculos para o público infantil; (2) aproveitamento do cinema como agente de moralidade; e (3) necessidade de estabelecimento de uma censura criteriosa aos filmes em circulação.

Na primeira série enunciativa, percebemos que, em face dos filmes comerciais, direcionados ao público adulto, a única maneira eficiente de impedi-los no sentido de não produzirem maus efeitos nas crianças seria “[...] offerecer ao publico sessões especiaes, dedicadas ao mundo infantil [...] tendo por base pelliculas que visa[sse]m o duplo fim de distrahir e ensinar os pequenos” (BARRETO FILHO, 1931, p. 26). Para tanto, fazia-se necessário que os produtores de cinema organizassem os espetáculos privilegiando exhibições de filmes com conteúdo que possibilitassem algum aproveitamento educativo por parte das crianças. Desse modo, verificamos que o proveito do cinema para as crianças residia muito além do aspecto da diversão: “[...] a grande funcção do cinematographo no seu formidavel

poder de sugestão [residia] essencialmente nas suas possibilidades educativas” (CINEARTE, 1932, p. 3). Para tanto, a partir dessa organização, “o cinema não [seria mais] só um negócio, mas um poderoso meio para o ensino infantil, e de difusão cultural” (BARRETO FILHO, 1931, p. 26).

Entre os filmes recomendados pelos produtores de cinema, registraram-se aqueles de “[...] ordem histórica ou documental com criações de grande ‘vis’ cômica” (UM EXEMPLO..., 1928, p. 9). Muitos desses, por exibirem um conteúdo diferente de outros gêneros cinematográficos como dramas, romances, aventuras etc., receberam o nome de espetáculos infantis ou filmes educativos.

No caso dos filmes educativos, a revista Cinearte sinalizou que até mesmo os sem finalidades educativas assumiram essa condição, pois não precisavam estar associados apenas ao âmbito escolar, mas “[...] em sua mais larga acepção, do ponto de vista da ação que mesmo os filmes não pedagógicos poderiam exercer sobre a plasticidade física [e] intelectual [...] do indivíduo” (BARRETO FILHO, 1931, p. 26).

Nessa série enunciativa, identificamos outro enunciado correspondente à presença de crianças nos espetáculos cinematográficos destinados aos adultos. Com isso, requeria-se dos produtores de filmes que eles os organizassem de acordo com o público para o qual estava se dirigindo:

[...] um terço da clientela dos cinemas era constituída pela infância. Isso esta a demonstra que podem perfeitamente os gerentes constituir em dias certos e determinados espetáculos destinados á infância com programas seleccionados (AS ENTREVISTAS..., 1928, p. 5).

Assim, notamos que os produtores de cinema assumiam um papel importante no tocante à organização do cinema infantil, pois eram interpelados a retirar dos espetáculos cinematográfico “[...] filmes impróprios, filmes desfeitos á população infantil” (CHRONICA, 1927, p. 3). Assumiam, com isso, o papel de organizador de “[...] programas de filmes verdadeiramente adequados ás crianças (O CINEMA..., 1927b, p. 23) e, porquanto, a posição de sujeito<sup>7</sup> capaz de adequar o cinema às necessidades das crianças.

---

<sup>7</sup> Para Foucault (2009), a posição de sujeito não diz respeito ao indivíduo que proferiu determinado discurso. Para a AAD, refere-se a uma posição vazia que pode ser ocupada por qualquer coisa ou indivíduo situado no tempo e no espaço, não importando quem fala, seu status social, econômico, político etc.

Na segunda série enunciativa, identificamos que a Cinearte registrou que os espetáculos cinematográficos voltados para crianças estavam à serviço da elevação da moral. Com isso, assumia o cinema o papel de propagador da moral, desde que não estimulasse nos seus espectadores “[...] os seus instintos ou paixões precoces, [e] os disciplin[ass]e num sentido verdadeiramente útil” (LESSA, 1935, p. 28-48). Assim, as exhibições cinematográficas não eram encaradas apenas como um passatempo, mas como uma forma de despertar e promover o desenvolvimento infantil. Em benefício da moralidade, o cinema exercia a capacidade de ensinar “[...] os terríveis resultados da embriaguez e outros vícios odiosos [...] [ao passo que] outras pelliculas [...] os inefáveis benefícios da boa saúde, do terno amor e da doce paz no lar; da retidão no carácter; da honra de em todos os actos da vida humana” (IV CONGRESSO..., 1927, p. 29).

Nessa série enunciativa, as exhibições cinematográficas, organizadas a partir de critérios morais, foram registradas pela Cinearte como uma estratégia em defesa das crianças contra as influências de certos filmes. Nessa direção, “as crianças se tornariam melhores e mais forte moralmente, si sabiamente familiarizados com o mal, de modo a saberem como evitá-lo” (O CINEMA..., 1927b, p. 27). A organização dos espetáculos para crianças constituíam, também, uma forma de adequar o próprio cinema para esse público, assim como formá-los e familiarizá-los com lições úteis à vida em sociedade.

Por fim, no tocante à terceira série enunciativa, identificamos enunciados que ratificaram a necessidade de elevar o nível dos espetáculos, sobretudo os que se voltavam, exclusivamente, para crianças. Desse modo, registrou-se a necessidade de:

[...] criação do aparelho federal de exame dos filmes [...], aparelho que fornecesse certificados de exame válidos para todo território nacional, classificando os filmes em categorias de modo a evitar que a infância pudesse assistir às produções só propícias para adultos (A QUESTÃO..., 1929, p. 9).

A necessidade de estabelecer uma censura cinematográfica, em âmbito federal, foi registrado pela Cinearte através de vários enunciados. Assim, ratificou-se a importância da fiscalização dos filmes por todo “[...] o país [na medida em que] fossem mais frequentemente projectados filmes que educassem o povo, que o instruissem, que contribuíssem em fim para o seu melhoramento moral e material” (CINEARTE, 1932, p. 3). Recomendou-se, também, o

estabelecimento de esforços no sentido de efetivar uma “[...] censura criteriosa fundada em bases educativas, [direcionando a] [...] submissão dos departamentos de censura às secretarias de educação, e não, [...] sujeitos às autoridades policiais” (CINEMA..., 1931, p. 10).

Fundada em bases educativas, a censura cinematográfica fora da alçada da polícia, justificou-se, segundo a Cinearte, pela ineficiência com a qual esse órgão passou a realizar a censura aos filmes considerados prejudiciais à sociedade. De acordo com os enunciados identificados, a censura policial, mesmo regulando a circulação de determinados filmes, não impedia que as crianças continuassem frequentando os espetáculos cinematográficos. Assim, desde que acompanhadas por seus pais, era permitida a presença de crianças e, por essa razão, circulava o enunciado de que deveriam “[...] retirar da policia o aparelho da censura, organizalo convenientemente mantido sob a gestão e supervisão directa de um ministerio, que [...] deveria ser não o da justiça mas o da educação” (O DESASTRE..., 1931, p. 5). Posto dessa maneira, indicou-se que o exame de filmes fosse feito por um órgão, secretaria ou ministério preocupados com a exibição de programas cinematográficos, especificamente infantis, com “[...] themas sportivos, lições de moral, films patrioticos, instructivos, educadores, comedias sem consequencias tal, [...] espetaculos innocentes e uteis” (A QUESTÃO..., 1927, p. 7).

### Considerações Finais

Ao considerar como objeto de estudo o discurso sobre o uso do cinema para educar crianças a partir de incursões investigativas na revista Cinearte (1926-1942), pressupomos a constituição de duas formações discursivas: uma que apontou o cinema como material e auxiliar do ensino e a segunda que evidenciou a necessidade de adequação do cinema ao público infantil.

Ao descrever o referido discurso, não assumimos o compromisso em analisar, do ponto de vista empírico, a relação entre o cinema e a educação de crianças no Brasil, mas conferir visibilidade à rede de enunciados e às condições de possibilidade para que diversas séries de enunciados se agrupassem em duas formações discursivas.

Os resultados da análise indicaram que o discurso investigado esteve implicado em um momento histórico do país (décadas de 1920 e 1930), marcado por mudanças significativas na educação e pelos ideais de renovação da organização escolar e dos métodos de ensino, o que conduziram muitos educadores e intelectuais da época como Fernando de Azevedo, Edgar

Roquete Pinto, Jonathas Serrano, entre outros, a se alinharem às tendências educacionais inovadoras.

O Movimento de renovação da educação com início na década de 1920, no Brasil, foi marcado, dentre outros fatores, pela reivindicação da inclusão do cinema como recurso metodológico inovador das práticas de escolarização no país. Esse movimento se utilizou, à época, de periódicos nacionais como a Revista Escola Nova, a Revista de Educação, a Revista Nacional de Educação e o Boletim da Educação Pública para disseminar tais ideais. Também contou com o apoio de obras literárias publicadas por autores como Jonathas Serrano e Venâncio Filho (“Cinema e Educação”) e Joaquim Canuto Mendes de Almeida (“Cinema contra Cinema”), ambas publicadas nos anos 1930. E, como não se poderia deixar de lembrar, a revista Cinearte, especializada em cinema, também registrou em suas páginas expressivo apoio aos ideais do movimento renovador da educação.

Alinhado a esse movimento, circulou em textos como o do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 a necessidade de adaptação das escolas às diversas regiões do país. O Manifesto reivindicava a implementação de programas escolares adaptados às necessidades dos estudantes situados em regiões distintas, o que poderia ser promovido pelas chamadas “[...] fitas de ensino” (ALMEIDA, 1931, p. 199), que contribuía na integração daqueles a sua realidade local, regional e nacional.

O Manifesto enfatizava o estabelecimento de uma educação nova, diferenciada, centrada nos estudantes e na capacidade de adaptá-los à sociedade, pois entendia que a escola deveria funcionar em conformidade com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da época, haja vista ampliar seu raio de ação e influência na sociedade brasileira.

Em virtude disso, diferentes formas de pensar a organização da educação foram sendo adotadas. Os grupos escolares unificaram as escolas isoladas em uma só instituição e o método intuitivo passou a predominar os processos educativos escolares, com ênfase na sensibilidade dos estudantes. Nessa perspectiva, recursos como o rádio, a imprensa e o cinema passaram a ter grande importância na educação do país. Foi nesse contexto que a revista Cinearte se inseriu, dedicando-se à publicação de notícias sobre o cinema nacional e internacional e, ao mesmo tempo, colaborando com as discussões educacionais daquele período, marcado pelo reconhecimento da força de propagação do cinema como recurso capaz de levar para longas distâncias e para diversas pessoas as palavras de especialistas (CATELLI, 2010).

Fundada em 1926 por Adhemar Gonzaga, para quem o “[...] cinema era visto como o grande propagador de conhecimentos” (CATELLI, 2010, p. 609), a Cinearte esmerava-se em concitar “[...] os poderes públicos a estudar as possibilidades pedagógicas do cinema, aplicando-as na instrução pública de que se tornaria o mais precioso auxiliar” (FOI..., 1929, p. 7). Em face da ampla divulgação do uso educativo do cinema na revista Cinearte, pode-se afirmar que ela exerceu papel indispensável no tocante à defesa e implementação de práticas pedagógicas com o uso do cinema em espaços escolares e não escolares no país.

A análise do discurso sobre o uso do cinema para educar crianças, centrada na investigação das diferentes edições da Cinearte (1926-1942), conduziu-nos à identificação de frases, notícias, expressões e comentários sobre a relação entre o cinema e a educação de crianças no Brasil, as quais deram as condições de possibilidade para que um discurso se constituísse. O cinema passou a ocupar diferentes posições e, dessa maneira, identificamos duas formações discursivas. Uma na qual o cinema se posicionou como recurso colaborador do ensino, assumindo a condição de recurso auxiliar das lições escolares. Outra que evidenciou o cinema como instrumento que necessitava ser adequado quando direcionado ao público infantil. Em ambas as formações discursivas, notamos que o cinema foi noticiado pela Cinearte como um recurso inovador, comprometido com o resguardo de suas qualidades pedagógicas e considerado impróprio para crianças em casos nos quais as cenas pudessem influenciar negativamente os pequenos.

Embora não tivéssemos como foco a busca por enunciados correlacionados à censura cinematográfica brasileira, notamos, após o término da análise, o registro de várias notícias contendo iniciativas políticas e normativas reguladoras da utilização do cinema no país.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), por exemplo, criada em 1926<sup>8</sup>, auxiliou na aprovação de Decretos-Leis<sup>9</sup> e serviu para fomentar a manutenção da civilidade e da moralidade na infância através do cinema. Nesse sentido, também poderia constituir objeto de investigação futura, pois é noticiada pela Cinearte como instituição que deu suporte organizacional aos processos de implementação de normativas políticas voltadas ao impedimento do livre acesso de crianças a filmes com conteúdos inadequados.

---

<sup>8</sup> Mesmo ano de publicação da primeira edição da revista Cinearte.

<sup>9</sup> Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927; decreto 21.240, de 4 de abril de 1932; decreto 24.531, de 2 de Julho de 1934 e; decreto 24.651, de 10 de Julho de 1934.



Das várias possibilidades de investigação científica, esta, mesmo com atenção voltada para uma revista que não está mais em circulação no país (Cinearte, 1926-1942), colabora e dialoga com outras pesquisas que refletem sobre os enlaces pedagógicos entre o cinema e a educação no país, especialmente àquelas voltadas para o público infantil. Ademais, contribui para o campo da Educação na medida em que problematiza a importância da inclusão do cinema em práticas pedagógicas escolares.

Na contemporaneidade, esta pesquisa também dialoga com investigações mais recentes como as que sucederam a Lei 13.006 (BRASIL, 2014) que tornou a exibição de filmes nacionais uma prática obrigatória nos espaços escolares. Na Cinearte, tanto quanto nos debates atuais, como podemos conferir no estado da arte escrito por Bulaty *et al* (2022), defende-se que a inserção do cinema na escola é tão importante quanto outras práticas pedagógicas e que, segundo Fresquet (2016), é preciso compreender o cinema como recurso promotor do conhecimento e não apenas entretenimento ou recurso didático de determinada disciplina.

## Referências

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **O cinema na Educação**. Escola Nova, segunda fase da Revista Educação. Órgão da Diretoria Geral de Ensino de São Paulo, v.3, n. 3, p. 185-200, jul. 1931.

A QUESTÃO dos programmas infantis dos films proprios para creanças. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, 82, p. 7, 21 set. 1927. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20%20processo%20intuitivo&pagfis=3601>. Acesso em: 29 nov. 2022.

A QUESTÃO da censura cinematographica. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 196, p. 9, 27 nov. 1929. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=9004>. Acesso em: 1 dez. 2022.

AS ENTREVISTAS concedidas pelos diversos gerentes de cinemas, a proposito da intervenção do Juizo de Menores. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 105, p. 5, 29 fev. 1928. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=4703>. Acesso em: 23 nov. 2022.

AS PROJECCÕES luminosas como auxiliares do ensino escolar. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 317, p. 39, 23 mar. 1932. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20crean%c3%a7as%20ensino&pagfis=14123>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BARRETO FILHO, Sergio. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 313, p. 29, 24 fev. 1932a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20crean%c3%a7as%20ensino&pagfis=13945>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARRETO FILHO, Sergio. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 347, p. 28, 19 out. 1932b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20escolar&pagfis=14625>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARRETO FILHO, Sergio. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 343, p. 10, 21 set. 1932c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20ensino&pagfis=14440>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BARRETO FILHO, Sergio. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 320, p. 66, 20 abr. 1932d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20crean%20C3%A7as%20ensino&pagfis=26305>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BARRETO FILHO, Sergio. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 327, p. 32, 1 jun. 1932e. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20crean%c3%a7as%20ensino&pagfis=26552>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BARRETO FILHO, Sergio. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 297, p. 26, 4 nov. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20escolar&pagfis=13317>. Acesso em: 1 dez. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica”. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília. DF. 27 jun. 2014. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/584817#:~:text=Acrescenta%20%C2%A7%208%C2%BA%20ao%20art,nas%20escolas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BULATY, Andréia et al. O cinema e educação no Endipe: um estado do conhecimento. **Práxis Educativa**. v. 16, fev. Ponta Grossa, 2022. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092021000100128&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092021000100128&script=sci_arttext). Acesso em: 28 jun. 2023.

CATELLI, Rosana Elisa. Coleção de imagens: o cinema documentário na perspectiva da Escola Nova, entre os anos 1920 e 1930. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 605624, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a16.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CATELLI, Rosana Elisa. **Dos “naturais” ao documentário**: o cinema educativo e a educação do cinema, entre os anos de 1920 e 1930. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Artes, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2007.

CATELLI, Rosana Elisa. **A revista Cinearte e o projeto de modernização cultural pelo cinema.** Biblioteca online de ciências da comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2013. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/catelli-rosana-2013-revistacinearte.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

CINEARTE. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 308, p. 3, 20 jan. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%20c3%a7%20c3%a3o%20infantil&pagfis=13703>. Acesso em 1 dez. 2022.

CINEMA educativo. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 159, p. 43, 13 mar. 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20ensino&pagfis=7191>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CINEMA educativo. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 354, p. 36, p. 7 jul. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20ensino&pagfis=14906>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CINEMA de amadores o cinema e as ciencias naturaes. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 207, p. 18, 12 fev. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20ensino&pagfis=9527>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CINEMA contra cinema. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 305, p. 10, 30 dez. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%20c3%a7%20c3%a3o&pagfis=13589>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CHRONICA. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 63, p. 7, 11 mai. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%20c3%a7%20c3%a3o&pagfis=2683>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CHRONICA. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 263, p. 3, 11 mar. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20educa%20c3%A7%20C3%A3o%20infantil&pagfis=12068>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHRONICA. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 83, p. 3, 28 set. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20infancia&pagfis=4335>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CONTINUANDO a resumir o relatorio sobre a experiencia feita pela Eastman Kodak. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 215, p. 7, 9 abr. 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%20c3%a7%20c3%a3o&pagfis=9874>. Acesso em: 23 nov. 2022.

DARIUS, Rebeca Pizza Panotte; DARIUS, Fábio Augusto. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32–41, 2018. DOI: 10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11248. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11248>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FRESQUET, Adriana (Org.). **Cinema e educação**: a Lei 13. 006/14: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015.

FOI desta revista. **Cinearte**, Rio de Janeiro, RN, n. 178, p. 7, jul. 1929. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531\\_1929\\_00178.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/162531/per162531_1929_00178.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

O ACTO do juiz de menores. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 97, p. 9, 4 jan. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%c3%a7%c3%a3o&pagfis=4335>. Acesso em: 27 nov. 2022.

O CINEMA da creança – muito curiosa e ilustrativa a opinião do sr. roberto rosenvald – uma sugestão. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 62, p. 6, 4 mai. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=2634>. Acesso em: 1 dez. 2022.

O CINEMA e a infancia. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 67, p. 23, 8 jun. 1927a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=2878>. Acesso em: 29 nov. 2022.

O CINEMA e a infancia. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 92, p. 27, 30 nov. 1927b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%c3%a7%c3%a3o&pagfis=4089>. Acesso em: 30 nov. 2022.

O DESASTRE acontecido a todos ou quasi todos. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 259, p. 5, 11 fev. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=cinema%20infancia&pagfis=11897>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LESSA, Mario. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 421, p. 28-48, 15 ago. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=162531&pesq=&pagfis=18093> Acesso em: 20 mar. 2022.

LUCAS, Taís Campelo. **Cinearte**: o cinema brasileiro em revista (1926–1942). 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

NÃO É só no Brasil que a influencia perniciososa que certos films exercem sobre a infancia tem despertado a atenção das autoridades. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 101, p. 7, 1 fev. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20infancia&pagfis=4521>. Acesso em: 1 dez. 2022.

THESE apresentada no V congresso de educação pelo professor Francisco Venancio Filho. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 389, p. 5, 15 abr. 1934. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20escolar&pagfis=16462>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UM EXEMPLO que é uma lição o que faz madrid em beneficio da infancia. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 107, p. 9, 15 mar. 1928. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%20a7%20infantil&pagfis=4802>. Acesso em: 22 nov. 2022.

WALTER, Fernanda Omelczuk. O lugar pedagógico nos filmes feitos para crianças. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 26, n. 3 (78), p. 185-204, set./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/Tqwcs3kF48gDnVsbHM4LX5y/>. Acesso em: 20 set. 2022.

IV CONGRESSO internacional de educação. **Cinearte**, RJ, Rio de Janeiro, n. 47, p. 29, 19 jan. 1927. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=162531&Pesq=cinema%20educa%20a7%20a3o&pagfis=1958>. Acesso em: 25 nov. 2022.